



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682528 - SP (2021/0233588-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DELMA CARDOSO DA ROZA KAZAHAIA (PRESO)
OUTRO NOME : DELMA CARDOZO DA ROZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DELMA CARDOSO DA ROZA KAZAHAIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2063691-22.2021.8.26.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, 129, *caput* e 329, do Código Penal.

Sustentam os impetrantes a ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva da paciente, bem como a falta dos requisitos legais para a preventiva.

Alegam, ainda, que "cabe ressaltar que, ainda que o decreto preventivo tenha apontada a alegada condenação anterior, o Juízo de origem, ora impetrado, entretanto, não apontou o trânsito em julgado, elemento indispensável a justificar a custódia preventiva, deficiência a justificar a suspensão liminar dessa medida, tal qual já decidiu a c. Suprema Corte em recente decisão liminar que cassou decisão proferida pela própria Autoridade ora coatora:." (fl. 28)

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

Pugna, ainda, "subsidiariamente, a concessão da medida liminar para autorizar, ante a excepcionalidade do caso, ao paciente aguardar em prisão domiciliar o desfecho dos autos de origem até a deliberação e julgamento da causa pelas

instâncias ordinárias." (fl. 47)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fl. 49):

HABEAS CORPUS TRÁFICO DE DROGAS LIBERDADE PROVISÓRIA PLEITEADA ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR INOCORRÊNCIA DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E DEMAIS ELEMENTOS QUE INDICAM, POR ORA, A NECESSIDADE DA PRISÃO AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU CONSTRANGIMENTO ORDEM DENEGADA.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência